

Publicidade Legal



PÁGINA CERTIFICADA

O jornal Zero Hora confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em gzh.com.br/publicidadelegal

ANO 61 - Nº 21.570
30 DE MARÇO DE 2026

ZERO HORA

ANUNCIE AQUI

(51) 3213-9139 | CONTATO.COMERCIAL@GRUPORBS.COM.BR

RÁDIO GAÚCHA S.A.
CNPJ 90.721.994/0001-28 / NIRE 43300027112
ANÚNCIO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS
RELATIVOS À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2026

A Diretoria da RÁDIO GAÚCHA S.A., atendendo ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/1976, comunica que se encontram disponíveis para consulta, em sua sede social, localizada na Av. Ipiranga, n.º 1075, bairro Azenha, Porto Alegre/RS, CEP 90169-900, os seguintes documentos relativos à Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Companhia, a ser realizada em 30/04/2026: (i) relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; (ii) cópia das demonstrações financeiras; (iii) os demais documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia da AGO.

Porto Alegre/RS, 27 de março de 2026
Patricia da Silva Fraga – Diretora.



BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF 92.702.067/0001-96
NIRE 43300001083
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convidamos os Acionistas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul" ou "Companhia") a comparecer às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que serão realizadas no dia **28 de abril de 2026**, às 14 horas, de modo exclusivamente virtual, nos termos da Resolução CVM 81/22 ("CVM 81"), por meio da plataforma eletrônica ALFM Easy Voting ("Plataforma"), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

I – EM REGIME DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, as Demonstrações Financeiras em IFRS, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025;
2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
3. Ratificar o pagamento de juros sobre o capital próprio e sua imputação aos dividendos;
4. Deliberar sobre a proposta de orçamento de capital elaborada para fins do Art. 196, da Lei 6.404/76;
5. Deliberar sobre a proposta de pagamento de dividendos totais, para o exercício social de 2026, em montante correspondente a 40% do lucro líquido do exercício;
6. Deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos Administradores, bem como a remuneração individual mensal dos membros do Conselho Fiscal.

II – EM REGIME DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

1. Deliberar sobre a proposta de aumento do Capital Social de R\$ 8.300.000.000,00 (oito bilhões e trezentos milhões de reais) para R\$ 8.700.000.000,00 (oito bilhões e setecentos milhões de reais), mediante o aproveitamento das reservas de expansão e estatutárias, no valor de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), sem a emissão de novas ações.
2. Deliberar sobre a Proposta da Administração para alteração do Estatuto Social no seguinte teor: (i) Caso aprovado o aumento de capital proposto pelo Conselho de Administração no item 1 da Ordem do Dia, alterar o artigo 4º para refletir o novo valor do capital social da Companhia; (ii) ajuste do caput do artigo 43, relativo às competências do Conselho Fiscal, para adequação à legislação aplicável; (iii) ajuste da alínea "e" do artigo 100, conferindo maior clareza e precisão às hipóteses de concessão de defesa institucional a dirigentes e conselheiros, e (iv) ajuste redacional do §2º do artigo 100.
3. Consolidar o Estatuto Social para refletir as alterações referidas no item "2" acima.

INFORMAÇÕES GERAIS: A participação dos Acionistas poderá ser pessoal ou por meio de procurador devidamente constituído, através da Plataforma ou ainda via Boletim de Voto a Distância. As orientações detalhadas para participação constam no Manual para Participação das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária e são resumidas a seguir:

Plataforma: Os acionistas ou procuradores que desejarem participar por meio da Plataforma deverão acessar o link relacionado abaixo para realizar o pré-cadastro, impreterivelmente, **até o dia 26 de abril de 2026 (inclusive)**, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos indicados no Manual para Participação. Os acionistas ou procuradores que não realizarem o cadastro dentro prazo supra **não poderão** participar das Assembleias.

https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hBxXHqYNOYnwcmQvo_7pKYnEW_8uPsSpDWswYAc2mHTlr

Nos termos do art. 5º, §4º da Resolução CVM 81, a opção pela realização da Assembleia Geral de modo exclusivamente digital se dá em razão de esta modalidade oferecer a possibilidade de maior participação dos acionistas da Companhia, bem como permite uma condução mais ágil e eficiente dos trabalhos, com significativa redução de custos operacionais e de deslocamento para os acionistas. Além disso, esse formato garante ampla acessibilidade e participação, superando barreiras geográficas e promovendo maior transparência e engajamento dos acionistas nas matérias a serem deliberadas.

Voto a Distância: os Acionistas também poderão exercer o voto por meio do Boletim de Voto a Distância, conforme previsto no artigo 26 e seguintes da Resolução CVM 81/22, que deverá ser enviado aos seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes no Manual para Participação nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária.

Os documentos relativos aos itens da ordem do dia encontram-se à disposição dos Acionistas na sede social do Banrisul e foram disponibilizados nos websites de Relação com Investidores (www.banrisul.com.br/ri - Governança Corporativa - Assembleias), B3 (www.b3.com.br) e Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br).

Por fim, nos termos do artigo 3º da Resolução CVM nº 70/2022, o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). Os percentuais mínimos de ações com e sem direito voto, para a instalação do Conselho Fiscal, consoante o previsto no artigo 4º da Resolução CVM nº 70/2022 são, respectivamente, de 2% e 1%.

Porto Alegre, 27 de março de 2026.



CERTIFICADA

O jornal Zero Hora confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em gzh.com.br/publicidadelegal

ANUNCIE AQUI

(51) 3213-9139

CONTATO.COMERCIAL@GRUPORBS.COM.BR



REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.

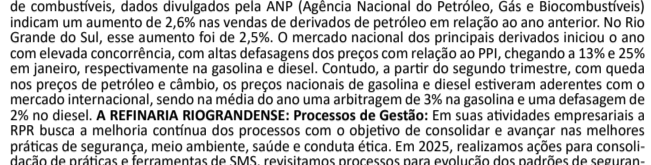
CNPJ 94.845.674/0001-30
NIRE 43 3 00002837

Relatório da Administração

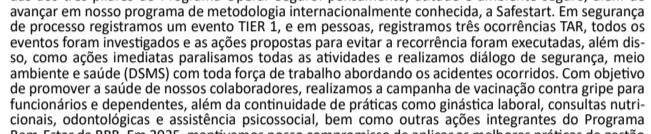
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, O Conselho de Administração da Refinaria de Petróleo Riograndense S/A (RPR) submeteu à apreciação de V.S.as seu Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício 2025. Tais informações, elaboradas em conformidade com a legislação societária vigente, vêm acompanhadas por parecer, sem ressalvas, dos auditores independentes. **Perfil da Companhia:** No processo de transição de negócio para produção de combustíveis renováveis a RPR ainda tem como principal atividade a produção e comercialização de derivados de petróleo, especialmente, Gasolina, Óleo Diesel, Óleo Combustível Marítimo, Nafta Petroquímica, GLP, Aguardar, Óleos Especiais, Pentanos e Solventes Leves. **Ambiente Econômico e de Negócios:** Em 2025, o preço do petróleo Brent ficou pressionado por uma maior oferta em relação à demanda do mercado, também houve menores impactos por conflitos geopolíticos, o que resultou em preços mais baixos em relação ao ano anterior. A cotação média do Brent em 2025 foi de US\$ 69,1/barril, 14,5% inferior em relação a 2024. Ao final do ano, a cotação da commodity no mercado global foi de US\$ 62,7/barril. No cenário nacional, segundo o IBGE, o aumento do PIB brasileiro foi de 2,3% em 2025. A inflação medida pelo IPCA fechou o ano em 4,3%, 1,3 p.p. acima da meta estipulada para o período. A taxa básica de juros da economia encerrou 2025 em 15,00% a.a., 2,75 p.p. superior em relação ao encerramento de 2024. A cotação média do dólar foi de R\$ 5,59/dólar, sendo que ao final de 2025, a cotação da moeda norte-americana foi de R\$ 5,50/dólar, uma valorização de 11% da moeda nacional em relação ao final do ano anterior. A valorização do Real foi impulsionada por uma fraqueza generalizada do dólar no mercado internacional, influenciada por políticas nos EUA e expectativas de cortes de juros pelo Federal Reserve. Com relação ao mercado de combustíveis, dados divulgados pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) indicam um aumento de 2,6% nas vendas de derivados de petróleo em relação ao ano anterior. No Rio Grande do Sul, esse aumento foi de 2,5%. O mercado nacional dos principais derivados iniciou o ano com elevada concorrência, com altas defasagens dos preços com relação ao PPI, chegando a 13% e 25% em janeiro, respectivamente na gasolina e diesel. Contudo, a partir do segundo trimestre, com queda nos preços de petróleo e câmbio, os preços nacionais de gasolina e diesel estiveram aderentes com o mercado internacional, sendo na média do ano uma arbitragem de 3% na gasolina e uma defasagem de 2% no diesel. **A REFINARIA RIOGRANDENSE: Processos de Gestão:** Em suas atividades empresariais a RPR busca a melhoria contínua dos processos com o objetivo de consolidar e avançar nas melhores práticas de segurança, meio ambiente, saúde e conduta ética. Em 2025, realizamos ações para consolidação de práticas e ferramentas de SMS, revisamos processos para evolução dos padrões de segurança e meio ambiente através de novos processos baseados nas melhores práticas em nosso segmento. Publicamos nosso Inventário de Gases de Forno Estufa (escopos 1 e 2) no GHG Protocol, recebendo o selo Prata, demonstrando o compromisso da RPR com a sustentabilidade e transparência em suas operações. Realizamos ainda, treinamento e capacitação em ICS - Incident Command System 100, em compromisso com o meio ambiente, a segurança das pessoas, dos nossos ativos e comunidade. Com foco em segurança operacional e desenvolvimento da cultura de SMS, desdobramos diversas ações alinhadas aos três pilares do Programa Operar Seguro: pensamento, atitude e ambiente seguro, além de avançar em nosso programa de metodologia internacionalmente conhecida, a Safestart. Em segurança de processo registramos um evento TIER 1, e em pessoas, registramos três ocorrências TAR, todos os eventos foram investigados e as ações propostas para evitar a recorrência foram executadas, além disso, como ações imediatas paralisamos todas as atividades e realizamos diálogo de segurança, meio ambiente e saúde (DSMS) com toda força de trabalho abordando os acidentes ocorridos. Com objetivo de promover a saúde de nossos colaboradores, realizamos a campanha de vacinação contra gripe para funcionários e dependentes, além da continuidade de práticas como ginástica laboral, consultas nutricionais, odontológicas e assistência psicossocial, bem como outras ações integrantes do Programa Bem-Estar da RPR. Em 2025, mantivemos nosso compromisso de aplicar as melhores práticas de gestão e governança, realizamos auditorias internas e externa com objetivo de verificar o nível de conformidade nos processos e requisitos legais, garantindo a manutenção dos certificados ISO 9001 e 14001. Re-certificamos nossos processos produtivos pela ISCC - International Sustainability & Carbon Certification, atestando a sustentabilidade da cadeia dos produtos renováveis em desenvolvimento. **Pessoas:** A empresa atua na gestão de pessoas com base nas suas políticas de fortalecimento da cultura organizacional, desenvolvendo competências e habilidades dos seus colaboradores e oferece aos seus empregados um abrangente plano de benefícios, tais como: a participação nos lucros e resultados, gratificações por tempo de serviço, plano de saúde, plano de previdência privada, seguro de vida, extensão da licença maternidade, auxílio creche, incentivo escolar aos filhos, restaurante na empresa e clube esportivo. Com relação à capacitação, o programa de treinamento atingiu 321 colaboradores (99% do efetivo da empresa), totalizando 12.952 horas treinadas, propiciando evolução e aprimoramento na gestão das equipes e treinamentos de segurança operacional. Proporcionamos aos funcionários, por meio do programa Bem-Estar, diversas atividades de saúde, como a prevenção à saúde bucal com a unidade móvel do SESI, consultas com nutricionista, palestras, workshops e acompanhamento de saúde mental com profissional especializado. **Responsabilidade Social Empresarial:** A Responsabilidade Social representa o compromisso da Companhia com o desenvolvimento e o bem-estar da comunidade. Em 2025, diversas iniciativas contaram com o apoio da RPR. Destaca-se o início da 14ª turma do Projeto Pescar, em parceria com o SENAI, proporcionando a 20 jovens a oportunidade de participação no curso profissionalizante de Caldeiraria. Desde o início do projeto na Refinaria, aproximadamente 240 jovens já passaram pelos programas de capacitação profissional. Os bairros do entorno também foram beneficiados com o Projeto 55+, que ofereceu aulas gratuitas de ginástica a moradores com idade superior a 55 anos. A Companhia participou, ainda, da Festa de Natal do Bairro Lar Gaúcho, disponibilizando serviço de fotografia para o evento, além de promover campanha de arrecadação de brinquedos destinados às crianças do Lar Maria Carmen. Durante a Campanha Outubro Rosa, foram realizadas ações de cortes de

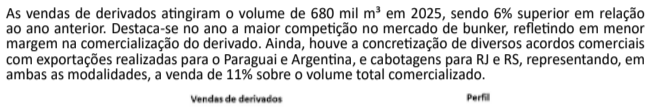
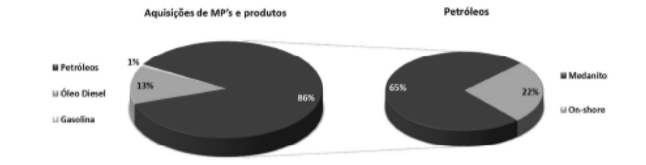
cabelo gratuitos, com doação destinada à confecção de perucas para a AAPECAN, bem como a doação de lençóis à Liga Feminina de Combate ao Câncer, que atende mulheres em tratamento oncológico. Com a participação do grupo de voluntários da RPR, foram realizadas três ações do "Sábado Solidário", promovidas pelo Banco de Alimentos do município. Adicionalmente, por meio de campanha realizada durante a SIPAT, foram arrecadadas 3,9 toneladas de alimentos não perecíveis entre os colaboradores, volume que foi dobrado pela Refinaria, totalizando 7,8 toneladas de alimentos doados. Ainda, foi firmado mais um ano de parceria com a Campanha do Agasalho da Prefeitura Municipal, realizando a doação de cobertores de casal e atuando como ponto de coleta para a comunidade. **Contexto Operacional: Produção e Comercialização:** Em 2025, o processamento de petróleo atingiu uma média de 11.269 barris/dia, 9% superior em relação ao ano anterior e alcançando um FUT médio (fator de utilização total) de 66,2%. Mesmo sendo superior a 2024, o nível de processamento ficou em patamar reduzido, reflexo da adequação da Companhia às estreitas margens de refino, bem como pela parada geral programada que ocorreu entre junho e julho, motivada pela necessidade de substituição da linha de flare químico. O processamento consistiu majoritariamente do petróleo argentino Mediano, que ao longo do ano teve variação na qualidade, especialmente no enxofre, exigindo maior uso do Diesel S10 para ajuste de qualidade do Diesel e impactando em perfil de produção menos nobre e, consequentemente, em redução de margem. Adicionalmente, foi realizado o processamento do petróleo on-shore nacional Alagoano. Na média anual, o perfil de processamento foi de 76% do petróleo importado e 24% do petróleo nacional. Com relação às aquisições de produtos e correntes intermediárias, foi atingido em 2025 o volume de 92 mil m³, representando 14% sobre o volume total vendido no ano.



As vendas de derivados atingiram o volume de 680 mil m³ em 2025, sendo 6% superior em relação ao ano anterior. Destaca-se no ano a maior competição no mercado de bunker, refletindo em menor margem na comercialização do derivado. Ainda, houve a concretização de diversos acordos comerciais com exportações realizadas para o Paraguai e Argentina, e cabotagens para RJ e RS, representando, em ambas as modalidades, a venda de 11% sobre o volume total comercializado.



Investimentos: Em 2025 a RPR investiu um total de R\$ 75,5 milhões, sendo R\$ 61,9 milhões no Projeto Biorrefinaria (Rota HEFA) e R\$ 13,7 milhões em melhorias das suas instalações industriais, destacando-se: i) R\$ 6,9 milhões em paradas de manutenção, com objetivo de ganho de eficiência e garantia da confiabilidade operacional das unidades; ii) R\$ 3,0 milhões em segurança, meio ambiente e atendimentos à requisitos legais; iii) R\$ 2,3 milhões em investimentos na unidade FCC para adequação ao processamento de Renováveis, principalmente adequação de tanques e linhas; iv) R\$ 1,0 milhão relacionado à confiabilidade da planta, como o atendimento ao plano de bombas, turbinas e compressores, e equipamentos para o processo e; v) R\$ 419 mil em recursos de TI e outros. **Projeto Biorrefinaria:** Ao longo de 2025, o Projeto da Biorrefinaria Riograndense apresentou avanços relevantes em sua maturidade técnica, econômica e decisória. O ano teve início com a aprovação, pelo Conselho de Administração, da Fase 2 do projeto em fevereiro de 2025, representando um marco fundamental para sua continuidade. Como resultado da evolução técnica e econômica ao longo do exercício, ao final de 2025 foi disponibilizado aos acionistas um pacote completo de documentação, incluindo um novo Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica (EVTE), com o objetivo de subsidiar a avaliação e a busca pela aprovação da Fase 3 do projeto no primeiro semestre de 2026. No desenvolvimento técnico, houve progresso significativo da engenharia básica do projeto. Destacam-se a definição da tecnologia da Planta de Tratamento de Unidades (PTU), a realização da engenharia de processo das tecnologias HEFA e UGH bem como a engenharia básica das unidades OSBL. Entre as principais entregas do período, ressaltam-se a execução dos estudos de HAZOP e LOPA, o desenvolvimento da maquete 3D, a elaboração da documentação técnica multidisciplinar, as principais definições de engenharia e o refinamento das premissas de projeto, culminando na elaboração da estimativa de CAPEX Classe 3. Adicionalmente, o projeto contou com a definição da estratégia de implementação com foco na seleção do EPCista e no modelo de contratação para a execução da obra, considerada a principal contratação do empreendimento. Nos aspectos regulatórios, financeiros e comerciais, o projeto obteve em junho de 2025 a Licença Prévia de Instalação Ambiental



(LPIA), principal licença para sua implementação, evidenciando a aderência às normas ambientais e a robustez técnica do projeto, apoiadas por um histórico consistente de relacionamento com os órgãos ambientais. A Refinaria já possui Licença Prévia emitida e encontra-se em processo de obtenção da Licença de Instalação para os novos dutos até o terminal marítimo. No campo financeiro, a assessoria do Itaú permitiu a elaboração de estruturação do plano de financiamento do projeto, demonstrando alto potencial de financiabilidade do projeto. Adicionalmente, o projeto contou com interface com relevantes agentes financeiros nacionais e internacionais, incluindo a contratação do IFC (International Finance Corporation) como co-assessor financeiro, cujo processo de diligência é reconhecido e rigoroso e complexo, tendo sido concluído com avaliações e feedbacks positivos, reforçando o elevado grau de maturidade e consistência do projeto. Por fim, avançou-se na frente comercial, tanto na prospecção e negociação de novas matérias-primas — como óleo de cozinha usado (UCO) e óleos de culturas rotativas — quanto na negociação de contratos de venda dos produtos, atualmente em fase final com grandes players globais. Além disso, em 2025 a RPR realizou o 3º teste de carga 100% renovável na unidade de FCC, processando TCO (Technical Corn Oil) e óleo de soja, com resultados em linha com o planejamento para a entrada em operação em 2026. **Resultado Econômico-Financeiro:** No primeiro bimestre de 2025 os preços de Brent e a taxa de câmbio mantiveram nos níveis de US\$ 77,2/barril e R\$ 5,89, semelhantes ao final do ano anterior, impactando diretamente no aumento do custo da matéria-prima, especialmente da Companhia que estava com quatro cargas de petróleo adquiridas para o período (duas nacionais e duas importadas). Isto ocasionou redução da margem de refino e impactou diretamente nos resultados da empresa. Mesmo após a redução do Brent e câmbio a partir do segundo trimestre, que acarretou menores defasagens de gasolina e diesel, a margem de refino permaneceu reduzida pelos baixos níveis de cracks internacionais de bunker e nafta, produtos com ampla participação no perfil de vendas e que são comercializados com base na precificação internacional e também pelo aumento do custo de aquisição do petróleo importado. Associado a isso, houve a necessidade de redução do processamento e posterior parada geral programada de manutenção no final do primeiro semestre. No segundo semestre, os reduzidos cracks de bunker e nafta, a necessidade de adição de diesel S-10 para ajuste na qualidade do petróleo Mediano e as perdas de valor de estoque devido estar comercializando cargas que chegaram em períodos de maiores cotações, continuaram impactando o resultado e, mesmo com elevação do nível de processamento após a parada de manutenção, os resultados gerados não foram suficientes para cobrir os custos da operação. Ao final do ano, a Companhia foi também impactada pela maior concorrência no mercado regional, impondo dificuldades de escoamento dos derivados, especialmente da gasolina. Assim, o ano encerrou com EBITDA negativo de R\$ 174,6 milhões e prejuízo líquido de R\$ 341,1 milhões, conforme abaixo:

R\$ milhões	2025	2024	Δ 25/24
Receita Bruta	2.822,1	2.742,6	+3%
Receita Líquida	2.054,3	2.177,7	-6%
Prejuízo Líquido do Exercício	(341,1)	(84,5)	-304%
EBITDA	(174,6)	(117,3)	-49%

No prejuízo líquido de 2025, cabe salientar que houve a contabilização de R\$ 77,1 milhões referente à reversão do saldo do ativo diferido de IR/CSO acumulado até 2024, além de R\$ 35,5 milhões de ajuste de impairment relativo às unidades que não serão operadas em 2026 e outros gastos relativos à transição do negócio. **Endividamento:** Em 2025, o caixa da Refinaria encerrou com R\$ 92,9 milhões e com uma dívida líquida de R\$ 401,2 milhões. No ano, houve o aumento do endividamento bancário e consequentemente da dívida líquida, bem como pela necessidade de garantir uma melhor gestão de caixa da Companhia frente aos resultados gerados. Em relação ao perfil da dívida bruta, o ano encerrou com 62% da dívida de curto prazo e 38% de longo prazo.

R\$ milhões	2025	2024
Empréstimos e financiamentos – Curto Prazo	307,7	109,1
Empréstimos e financiamentos – Longo Prazo	190,0	224,9
Instrumentos derivativos – Swap para CDI	(3,5)	(21,5)
Total da Dívida	494,2	312,5
Caixa	92,9	295,8
Dívida Líquida	(401,2)	(16,7)

Perspectivas: Destaca-se que, além de manter o foco na garantia da confiabilidade e segurança operacional, a Companhia seguirá avançando na estratégia de transição para Biorrefinaria. Nesse ano a Refinaria Riograndense ingressará em uma nova fase com a conversão da Unidade de FCC para produção de produtos renováveis, a Companhia não tem nos seus planos a continuidade de refino de petróleo. O ano iniciará com a parada de manutenção e adaptação da unidade de FCC para a operação com cargas renováveis de Óleo de Soja e o TCO (Óleo Técnico de Milho), produzindo derivados 100% renováveis, como Bio-GLP, Bio-Nafta, Bio-LCO e Bio-Óleo Decantado. No ano, além de operar com o FCC renovável, serão realizados serviços logísticos, como utilização de tanques para armazenagem de terceiros e serviços de enchimento no terminal de expedição, utilizando os ativos disponíveis para gerar receitas adicionais a operação de renováveis. Ainda, neste ano de transição do negócio, serão realizadas adequações na estrutura funcional da Companhia, gerando redução das despesas e adequação da estrutura de gastos aos níveis estimados de operação. Para sustentabilidade financeira da Companhia e sua continuidade, os acionistas farão um aporte via emissão de debêntures privadas conversíveis em ações, no valor de R\$ 451 milhões a ser integralizado até março de 2026. Por fim, ainda no primeiro semestre prevê-se a decisão final de investimento (FID) do projeto de implantação da unidade para produção de Combustíveis avançados (SAF e Diesel Verde). Agradecemos aos nossos acionistas, colaboradores, clientes e fornecedores pela confiança, dedicação e apoio recebidos ao longo de 2025.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de Reais			
Ativo Circulante	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	73.433	272.990
Contas a receber de clientes	6	77.588	116.728
Ganhos não realizados com derivativos	17a	3.981	26.289
Estoques	7	136.760	287.366
Impostos a recuperar	8	31.674	26.608
Outros ativos	17b	113	1.765
		323.549	731.746
Não circulante			
Aplicações Financeiras	5	19.477	22.855
Depósitos judiciais	14	3.618	4.017
Outros ativos	6	35	35
Impostos Diferidos	8b	-	46.468
Impostos a recuperar	8	-	49.855
Imobilizado	10	251.122	223.571
Intangível		87	182
		274.339	346.983
Total do ativo		597.888	1.078.729
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
Passivo Circulante	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Financiamentos e empréstimos	11	307.692	109.076
Fornecedores	12	225.145	592.687
Impostos e contribuições a recolher	13	56.990	23.405
Perdas não realizadas com derivativos	17a	517	5.461
Provisão de riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14	795	534
Provisão para benefício pós-emprego	15	5.817	5.793
Outros passivos		20.177	10.417
		617.133	747.373
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	11	189.950	224.943
Impostos Diferidos	21c	24.518	-
Provisão de riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14	7.895	8.453
Provisão para benefício pós-emprego	15	54.129	61.000
		276.492	294.396
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	16a	50.477	50.477
Ajustes de avaliação patrimonial	16d	17.031	19.279
Prejuízo Acumulado		(363.245)	(32.796)
		(295.737)	36.960
Total do passivo e patrimônio líquido		597.888	1.078.729

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro			
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	18	2.054.266	2.177.747
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	23	(2.180.319)	(2.222.949)
Prejuízo bruto		(126.053)	(45.202)
Despesas com vendas	23	(54.390)	(51.829)
Despesas gerais e administrativas	23	(40.743)	(41.123)
Outras receitas operacionais	19	331	2.948
Prejuízo antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(220.855)	(135.206)
Receitas financeiras	20	41.248	37.317
Despesas financeiras	20	(90.537)	(38.439)
Prejuízo antes dos impostos		(270.145)	(136.328)
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21 e 8	(70.986)	51.868
Prejuízo líquido do exercício		(341.131)	(84.460)
Prejuízo por ação			
Prejuízo por ação ordinária básico (em R\$)		(20,9157)	(5,1785)
Prejuízo por ação preferencial básico (em R\$)		(23,0073)	(5,6963)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro			
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Nota	2025	2024
Prejuízo líquido do exercício		(341.131)	(84.460)
Ganhos (perdas) não realizados (as) com derivativos	17	165	1.566
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios definidos	15	8.269	(7.129)
Outros resultados abrangentes		8.434	(5.613)
Resultado abrangente total		(332.697)	(90.073)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma						
	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Reserva de giro e melhoramentos	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	50.477	27.729	3.201	45.626	-	127.033
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(84.460)	(84.460)
Outros resultados abrangentes	-	(8.450)	-	-	2.837	(5.613)
Total de resultados abrangentes no exercício		(8.450)			(81.623)	(90.073)
Absorção de reservas	-	-	(3.201)	(45.626)	48.828	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	50.477	19.279	-	-	(32.796)	36.960
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(341.131)	(341.131)
Outros resultados abrangentes	-	(2.248)	-	-	10.682	8.434
Total de resultados abrangentes no exercício		(2.248)			(330.449)	(332.697)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	50.477	17.031	-	-	(363.245)	(295.737)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras						

1 Informações gerais: 1.1 Contexto operacional: A Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. ("Companhia" ou "RPR") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul (RS). São sócios da Companhia: Ultrapar Participações S.A. (33,333% de ações ordinárias e 33,138% de ações preferenciais), Braskem S.A. (33,333% de ações ordinárias e 33,138% de ações preferenciais), Petróleo Brasileiro S.A. - Petrosbras (33,333% de ações ordinárias e 33,138% de ações preferenciais), com controle compartilhado entre os sócios citados, além de outros acionistas minoritários (0,585% de ações preferenciais). Suas atividades principais são o refino de petróleo e a comercialização dos seus derivados e correlatos bem como processamento de matérias-primas renováveis e seus derivados, incluindo biocombustíveis, bioaromáticos e outros produtos resultantes do processamento de matéria-prima renovável. Os principais produtos produzidos pela RPR são Gasolina, Óleo Diesel, Nafta Petroquímica, Bunker, Óleo Combustível, GLP (Gás de Cozinha), Aguardar e Solventes Especiais. A Companhia possui operações de venda no Brasil e exterior. **(a) Resultado operacional:** No primeiro bimestre de 2025 os preços de Brent e a taxa de câmbio mantiveram nos níveis de US\$ 77,2/barril e R\$ 5,89, semelhantes ao final do ano anterior, impactando diretamente no aumento do custo da matéria-prima, especialmente da Companhia que estava com quatro cargas de petróleo adquiridas para o período (duas nacionais e duas importadas). Isto ocasionou redução da margem de refino e impactou diretamente nos resultados da empresa. Mesmo após a redução do Brent e câmbio a partir do segundo trimestre, que acarretou menores defasagens de gasolina e diesel, a margem de refino permaneceu reduzida pelos baixos níveis de cracks internacionais de bunker e nafta, produtos com ampla participação no perfil de vendas e que são comercializados com base na precificação internacional e pelo aumento do custo de aquisição do petróleo importado. Associado a isso, houve a necessidade de redução do processamento e posterior parada geral programada de manutenção no final do primeiro semestre. No segundo semestre, os reduzidos cracks de bunker e nafta continuaram impactando o resultado e, mesmo com elevação do nível de processamento após a parada de manutenção, os resultados gerados não foram suficientes para cobrir os custos da operação. Ao final do ano, a Companhia foi também impactada pela maior concorrência no mercado regional, impondo dificuldades de escoamento dos derivados, especialmente da gasolina. Assim, o ano encerrou com EBITDA negativo de R\$ 174,6 milhões e prejuízo líquido de R\$ 341,1 milhões. **1.2 Continuidade operacional:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, conforme estabelecido pelo CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 293.584 (2024 – R\$ 15.627), patrimônio líquido (passivo a descoberto) no montante de R\$ 293.737 e prejuízos recorrentes, decorrente principalmente do cenário econômico. Com o objetivo de mitigar os riscos associados ao capital circulante negativo, ao patrimônio líquido (passivo a descoberto) e aos prejuízos recorrentes, a Administração vem adotando um conjunto de iniciativas que incluem principalmente a transição de negócio e emissão de debêntures privadas junto aos acionistas. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, que contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes para refletir os possíveis efeitos futuros sobre a recuperabilidade e a classificação de ativos ou sobre os valores e classificações de passivos que possam resultar da incerteza relacionada à capacidade da Companhia de continuar operando normalmente. A Companhia vem implementando iniciativas voltadas a oportunidades de transição energética e para fortalecimento financeiro com base nessa estratégia em curso e na relevância de seus ativos industriais, a Administração entende que a Companhia possui capacidade da continuidade considerando o novo

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro			
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	2025	2024	
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(270.145)	(136.328)	
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	16.234	17.857	
Impairment	29.994	-	
Encargos financeiros não realizados sobre financiamentos	74.594	31.216	
Provisão (reversão) para estoques	5.908	(2.670)	
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(297)	93	
Provisão (reversão) para benefício pós-emprego	1.422	(774)	
Total ajustado por	127.855	45.722	
Variações nos ativos e passivos			
Redução (Aumento) em contas a receber	39.140	14.730	
Redução (Aumento) nos estoques	150.606	(12.939)	
Aumento (Redução) em fornecedores	(367.542)	226.639	
Redução (Aumento) dos demais grupos do ativo	44.090	(52.499)	
Aumento (Redução) dos demais grupos do passivo	43.565	26.141	
Juros e encargos pagos sobre empréstimos e financiamentos	(51.131)	(38.439)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(283.562)	73.028</	

Continuação

com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecer e adicionar orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1o de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

• **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como "contracts referencing nature-dependent electricity". Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que depende de condições da natureza. As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de livre uso, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1o de janeiro de 2026. O Grupo está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

• **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecer informações mais relevantes e transparentes aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentadas por função; e (iii) a reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores representados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. • No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. • **IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:** Divulgações e alterações: Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

• **Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11:** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*). As alterações referem-se às seguintes normas: IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro"; IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7"; IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"; IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa". Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1o de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

• **Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária:** Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: • sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou • estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária. As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao *feedback* de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária. Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1o de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

• **Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras":** Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) às quais estão relacionados. Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(b) **Demonstrações financeiras:** A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada e aprovada pelo Conselho de Administração na data de 24 de março de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder para realizar qualquer alteração nas demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

(c) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são todas apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As operações com moedas estrangeiras são todas convertidas para a moeda funcional Real, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. (d) **Uso de estimativas, premissas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos seus ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Imobilizado e *impairment*; • Provisão para riscos fiscais,íveis e trabalhistas; • Provisão para benefício pós emprego; • Instrumentos financeiros derivativos. (e) **Reforma Tributária sobre o consumo:** A Reforma Tributária adotada pelo Brasil, tem o propósito de simplificação e modernização do sistema tributário nacional, promovendo assim uma distribuição tributária mais justa e estimulando o crescimento econômico do país. Um dos focos centrais da reforma tributária é a tributação sobre o consumo, que implica diretamente na estruturação dos impostos e na maneira como as organizações e os consumidores interagem com o sistema. Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e o COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi criado um imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Haverá um período de transição que ocorrerá entre os anos de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando houver a finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Em 2025 foi iniciado estudos tributários de acordo com a Lei 214/2025, onde se deu início os testes no sistema da Companhia sobre o impacto destes novos tributos. Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração encontra-se em processo de avaliação dos potenciais impactos da Reforma Tributária sobre suas operações, incluindo, mas não se limitando a: • alterações na carga tributária efetiva; • impactos na formação de preços, margens e fluxo de caixa; • necessidade de adequações em sistemas, processos e controles internos; • efeitos sobre créditos tributários, contratos e obrigações acessórias. A Administração continuará acompanhando a evolução da legislação e adotará as medidas necessárias para assegurar a conformidade tributária, bem como avaliar tempestivamente os impactos contábeis que venham a ser identificados, os quais serão refletidos prospectivamente nas demonstrações financeiras, quando aplicável, porém não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. (f) **Mudanças Climáticas:** A Companhia reconhece que as mudanças climáticas podem representar riscos e oportunidades relevantes para seu negócio, podendo impactar suas operações, desempenho financeiro, fluxos de caixa e posição patrimonial no curto, médio e longo prazo. A administração considera fatores climáticos na definição de sua estratégia corporativa, na gestão de riscos e na elaboração das estimativas contábeis. Os temas relacionados às mudanças climáticas são realizados pela Administração da Companhia. A Diretoria é responsável pela implementação das estratégias e pelo monitoramento dos riscos e oportunidades climáticas. Os principais riscos identificados incluem riscos físicos que são eventos climáticos extremos, alterações nos padrões de temperatura e precipitação, que podem impactar ativos operacionais, cadeia de suprimentos e logística. A Administração revisa periodicamente as suas premissas e poderá reconhecer impactos adicionais nas demonstrações financeiras futuras, porém na data da publicação desta demonstração financeira, não foram identificados impactos materiais adicionais, além daqueles já refletidos nas respectivas contas patrimoniais e de resultado. 2 **Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. 2.1 **Estimativas e julgamentos contábeis:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. (a) **Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor dos instrumentos financeiros:** O reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VIORA) - instrumento de dívida; ao VIORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É medido dentro do âmbito de um instrumento financeiro cujo objetivo é gerar ou receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações

são fornecidas à Administração. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. (b) **Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como sendo o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos dos empréstimos, assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente os pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos. (c) **Instrumentos financeiros:** O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e os devidos juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que exceda o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratados como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo os juros ou a receita dos dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida a VIORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros é calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. **Instrumentos patrimoniais a VIORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Investimentos de dívida mensurados ao VIORA; e • Ativos de contrato. A Companhia mensura uma provisão para perda no montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens que são descritos a seguir, mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Ativos financeiros com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros ativos financeiros e saldos bancários para os quais o risco de crédito não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com conta a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. (d) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro líquido, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas aplicadas de 15% acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. A Companhia reconhece o imposto diferido com relação ao montante do seu prejuízo fiscal e às suas diferenças temporárias, apurando os valores de ativos e dos passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, se baseando assim nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas apenas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. (e) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. (f) **Benefícios concedidos a empregados:** Os compromissos atuariais com os planos de seguro de vida, de assistência médica e a multa de FGTS (este último somente para aqueles potenciais de aposentadoria especial), estes são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período de serviço dos empregados. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o *computo* da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuições dos empregados. A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefícios definidos em outros resultados abrangentes. 2.2 **Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis:** (a) **Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, líquida das devoluções, descontos, impostos e encargos sobre vendas. As receitas com as vendas de produtos derivados de petróleo, são reconhecidas no resultado quando a companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos e tampouco efetivo controle sobre tais bens e todos os riscos e benefícios inerentes ao produto forem transferidos ao comprador, o que geralmente acontece no ato da entrega, de acordo com os termos do contrato de venda. A entrega é considerada como sendo o momento em que o cliente aceita os produtos e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. As receitas de vendas de serviços de enchimento, aditivação e armazenagem de combustíveis são reconhecidas com base na efetiva prestação dos serviços. 3 **Gestão de risco financeiro:** 3.1 **Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco operacional. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições à risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. Essa nota apresenta as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os seus objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. As divulgações quantitativas adicionais serão incluídas no decorrer dessa demonstração financeira. (a) **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado corporativamente, por procedimentos de aceitação de clientes, a análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, com exigência de garantias. A Companhia não possui histórico de perdas, não registra provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes e títulos de investimentos. A Companhia realiza a análise de crédito destinada a avaliar e propor limites de crédito a serem concedidos aos clientes, bem como as respectivas garantias a serem exigidas. As diretrizes para aprovação e preservação do crédito são estabelecidas pelo comitê de crédito da Companhia, que é composto pelas áreas financeira e comercial sob a coordenação da gerência financeira, no qual cada cliente tem sua capacidade de crédito individualmente analisada, utilizando-se de fontes internas e externas. Estas diretrizes visam permitir o acompanhamento da evolução do mercado e a capacidade financeira dos clientes e norteiam a gerência financeira e a diretoria na avaliação e concessão deste crédito. A Companhia possui atualmente 32 clientes (base 2025) no seu ramo principal (venda de combustíveis e solventes com prestação de serviços de carga, descarga e armazenagem), sendo aproximadamente 29% do faturamento nesse mercado atribuído às operações com a Ipiranga, 15% com Raizen, 13% com Santa Lúcia, 9% com SIM Distribuidora e 9% com Vibra Energia. (b) **Risco de liquidez:** A abordagem da Companhia na administração de liquidez de mercado e fluxo de caixa é garantir que sempre a empresa possua liquidez suficiente para cumprir com as suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. As principais fontes de liquidez da Companhia derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações e de empréstimos e financiamentos e especialmente por meio da operação dos acionistas de emissão de debêntures privadas conversíveis em ações, conforme nota 24, no valor de R\$ 451 milhões para integralização em março 2026. (c) **Risco de mercado: Risco da taxa de câmbio:** O risco de mercado no qual está exposta a Companhia tem nos seus principais componentes a variação da taxa de câmbio. Como toda aquisição de petróleo da Companhia é precificada de acordo com a moeda americana, sendo as vendas destinadas ao mercado nacional, existe a necessidade de se acompanhar essas flutuações, de modo que a Companhia aplique uma gestão ativa de sua dívida, monitorando a sua exposição cambial. A Companhia protege (*hedge*) de 90 a 100 por cento de seu fluxo de caixa esperado de moeda estrangeira com relação a compras de petróleo firmadas em contrato. **Risco de taxa de juros:** A Companhia possui dívidas financeiras associadas a taxas flutuantes do mercado, estão *swapped* para CDI se igualando as dívidas em moeda nacional. **Exposição a riscos de commodities e preços de derivados de petróleo:** O resultado da Companhia está diretamente associado ao preço de refino de petróleo e venda de seus derivados, sem participação nas demais cadeias da indústria. A maior parte dos seus produtos são vendidos no mercado nacional. O petróleo cru é a matéria-prima principal da Companhia e tem seus preços expostos à cotação do mercado internacional. Para as vendas realizadas no Brasil, os preços finais de derivados são definidos em consonância com a política de preços do maior refinador do Brasil, a Petrobras. (d) **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto os riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. A Administração estabelece controles para administrar os riscos operacionais e gestão eficaz dos custos, de forma a evitar a ocorrência de possíveis prejuízos financeiros e danos que possam afetar à reputação da Companhia. 3.2 **Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. 3.3 **Estimativa do valor justo:** Presupõe-se que os saldos de contas a receber e contas a pagar pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A seguir classifica-se os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • Nível 1 - os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem: • O valor justo dos *swaps* de taxa de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis. • O valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço. • O valor justo dos demais instrumentos financeiros (classificados como Nível 3) é determinado pela análise de fluxo de caixa descontado. 4 **Ativos e Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como sendo mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou designado como tal no reconhecimento inicial. Os Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é então reconhecido no resultado. **Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A

Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao seu valor justo. No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo os ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (a) **Compensação:** Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o seu valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 5 **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

31/12/2025	31/12/2024
1.785	277
71.648	272.713
73.433	272.990
O rendimento das aplicações financeiras são oriundos de renda fixa e remuneradas das taxas de 90% a 101% do CDI (90% a 102% do CDI em 2024). As aplicações financeiras possuem liquidez imediata, pois são conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, são consideradas como sendo equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. As aplicações de longo prazo que não estão contempladas neste quadro de caixa e equivalentes de caixa, por se tratar de uma aplicação que não possui liquidez imediata. O valor de R\$ 19.477 (R\$ 22.855 em 2024) refere-se às garantias de aplicação vinculada às debêntures e empréstimo. 6 Contas a receber de clientes e outros ativos: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.	
31/12/2025	31/12/2024
67.869	105.628
9.719	11.100
77.588	116.728
Não Circulante	
Circulante	
Clientes	67.869
Partes Relacionadas (Nota 9)	9.719
Total	77.588
35	35
35	35

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada diretamente pelas características individuais que cada cliente possui. Contudo, a Administração considera os fatores que podem influenciar os riscos de crédito da sua base de clientes, incluindo os riscos de não pagamento da indústria e do país no qual este cliente opera. A Administração estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado de forma individual quanto a sua condição financeira antes da Companhia apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia inclui avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria. A Companhia possui títulos vencidos na posição de contas a receber na data de 31 de dezembro, porém são valores que predominantemente foram liquidados em janeiro de 2026. Segue a lista dos títulos vencidos e a vencer:

31/12/2025	31/12/2024
73.704	105.961
107	4.986
221	3.732
3.556	2.049
77.588	116.728
7	7
7	7

7 **Estoques:** No exercício de 2025, devido às margens de comercialização de derivados de petróleo, a Companhia testou as linhas de produtos para identificação de *impairment* e reduziu o valor dos estoques de produtos acabados aos valores realizáveis líquidos, no montante de R\$ 6.626 (R\$ 718 em 2024) esta provisão está registrada na conta de "provisão para ajuste a valor de mercado" e é uma redutora da conta de estoques. O método de avaliação dos estoques é o *d* má media ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

31/12/2025	31/12/2024
45.869	62.609
27.856	35.636
23.598	152.784
39.437	36.247
136.760	287.366

(a) Do montante da conta de produtos acabados em 2025, R\$ 10.182 refere-se ao estoque que se encontra em poder de terceiros. As movimentações da provisão para *impairment* nos estoques está demonstrada de acordo com a tabela a seguir:

31/12/2025	31/12/2024
(718)	(3.388)
(5.908)	(6.278)
(6.626)	(718)

Os estoques são demonstrados de acordo com valor de custo valor realizável líquido, dos dois o que for menor. No valor dos custos dos estoques estão incluídos os custos de aquisição e os gastos relacionados diretamente ao processo produtivo da Companhia. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de vendas. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. 8 **Impostos a recuperar e impostos diferidos:** Os impostos a recuperar detalhados na tabela a seguir, estão divididos em impostos de curto e de longo prazo.

31/12/2025	31/12/2024
9.104	12.000
22.570	13.658
-	950
31.674	26.608
IRPJ e CSLL (a)	
PIS e COFINS	
ICMS	
Total Circulante	Não Circulante
IRPJ e CSLL	9.695
IRPJ e CSLL DIFERIDO (b)	77.115
PIS COFINS	40.161
Total Não Circulante	126.971
31.674	153.579

(a) O montante de R\$ 9.104 refere-se exclusivamente ao saldo negativo de IRPJ e CSLL de 2025. (b) montante de R\$ 77.115, referente a IRPJ e CSLL diferidos constituídos sobre prejuízo fiscal apurado em 2024, foi estornado ao final de 2025. A reversão ocorreu em função da indefinição da partida da unidade de FCC renovável e a falta, nesse momento, de histórico de lucros tributáveis. No entanto, com efetivação dessa operação e atualizações das projeções de resultado, a Companhia fará nova avaliação para reconstrução do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, na medida em que o lucro tributável se torne provável, conforme CPC 32. 9 **Partes Relacionadas:** As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

Empresas	2025			
	Contas a receber circulante	Contas a pagar circulante	Vendas bruta	Compras

Braskem S.A.	-	-	116.836	47.615
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	-	97	394	-
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	-	1.169	-	2.626
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	8.851	-	682.274	-
Companhia Ultralgaz S.A.	868	-	25.807	-
Ionic Lubrificantes S.A.	-	-	69	-
Total 2025	9.719	1.266	825.380	50.241

Empresas	2024			
	Contas a receber circulante	Contas a pagar circulante	Vendas bruta	Compras

Braskem S.A.	-	-	30.288	28.651
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	-	-	11.334	23.546
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	-	-	-	4.444
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	10.928	-	462.009	-
Companhia Ultralgaz S.A.	172	-	1.965	333
Ionic Lubrificantes S.A.	-	-	471	-
Total 2024	11.100	-	506.067	56.974

As operações comerciais realizadas entre a Companhia com partes relacionadas são efetuadas de acordo com os preços e condições estabelecidos entre as partes e alinhadas com práticas adotadas pelo mercado. (a) **Remuneração do pessoal-chave da administração:** A remuneração fixa de curto prazo

Continuação

Veículos		10 anos				
(d) Composição dos saldos						
31/12/2025		31/12/2024				
Taxa média de Dep % a.a.	Custo	Impairment de Ativos	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	12.272	-	-	12.272	12.272	
Edificações e benfeitorias	2 75.827	(269)	(37.981)	37.577	36.475	
Máquinas, equipamentos	4 326.383	(29.725)	(196.702)	99.956	118.870	
Móveis e utensílios	2 3.829	-	(2.970)	859	1.065	
Computadores e periféricos	13 8.336	-	(4.267)	4.069	3.322	
Veículos	14 806	-	(806)	-	-	
Obras em andamento	-	3.986	-	3.986	51.546	
Projeto Biorrefinaria - Obras em andamento	92.318	-	-	92.318	-	
Outros	10 215	-	(130)	85	21	
Total	523.972	(29.994)	(242.856)	251.122	223.571	

(e) Movimentação do custo						
31/12/2024		31/12/2025				
Custo	Adições	Impairment de ativos	Baixa	Transferência	Custo	
Terrenos	12.272	-	-	-	12.272	
Edificações e benfeitorias	62.158	-	-	-	13.670	75.828
Máquinas, equipamentos	313.369	976	(128)	12.166	326.383	
Móveis e utensílios	3.087	68	(1)	676	3.830	
Computadores e periféricos	7.126	65	-	1.143	8.334	
Veículos	806	-	-	-	806	
Obras em andamento	51.546	10.617	-	(58.177)	3.986	
Projeto Biorrefinaria - Obras em andamento	-	61.872	-	-	30.447	92.319
Outros	52	87	-	75	214	
Total	450.416	73.685	(129)	-	523.972	

(f) Movimentação da depreciação						
31/12/2024		31/12/2025				
Depreciação	Adições	Impairment de ativos	Baixa	Transferência	Custo	
Edificações e benfeitorias	(25.682)	(2.702)	(269)	-	(9.598)	(38.251)
Máquinas, equipamentos	(194.596)	(12.564)	(29.725)	85	10.276	(226.524)
Móveis e utensílios	(2.022)	(162)	-	1	(788)	(2.971)
Computadores e periféricos	(3.805)	(654)	-	-	193	(4.266)
Veículos	(806)	-	-	-	-	(806)
Outros	66	(15)	-	(83)	(32)	
Total	(226.845)	(16.097)	(29.994)	86	(272.850)	

(g) Impairment: A Companhia aprovou a interrupção de parte das suas unidades produtivas em dezembro de 2025, em decorrência da reestruturação operacional para migração do projeto para a Biorrefinaria, essa decisão caracterizou indicadores de perda por redução ao valor recuperável, conforme previsto de acordo com o CPC 01. Diante desse cenário, a Companhia realizou testes de *impairment* sobre os ativos imobilizados vinculados às referidas unidades. Como resultado dos testes realizados, foi reconhecida uma perda por *impairment* no montante de R\$ 29.994 (vinte milhões e novecentos e noventa e quatro mil) registrada no resultado do exercício na rubrica de provisão para perdas por desvalorização, reduzindo o valor contábil dos ativos aos seus valores recuperáveis. Além disso, foram efetuadas as reversões do IRPJ/CSSL diferido e ajuste de avaliação patrimonial, conforme nota explicativa 21c. A Administração revisará periodicamente as premissas utilizadas e, caso ocorram mudanças relevantes nas condições de mercado ou no plano de retomada das operações, poderá ser reconhecida reversão de *impairment*, observados os limites estabelecidos pelo CPC 01. **11 Financiamentos e Empréstimos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença existente entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando método da taxa efetiva de juros. Em relação às taxas de juros, temos a seguinte composição: debêntures CDI+3,8% a.a. financiamento CDI + 1,40% a.a., Selic + 1,52% a.a. 137,9% do CDI; 111% do CDI; 117 do CDI; 1199,7% do CDI e empréstimos CDI + 8,46% a.a.

31/12/2025		31/12/2024	
Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimo	30.966	25.742	40.000
Financiamentos	252.565	43.333	307.692
Debêntures	24.161	109.076	109.076
Total	307.692	109.076	334.019
Financiamentos	137.231	158.098	52.719
Debêntures	52.719	66.844	189.950
Total Circulante + Não Circulante	497.642	334.019	497.642

31/12/2025		31/12/2024	
Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira
353.812	143.830	188.148	145.871

(a) Informações complementares ao fluxo de Caixa

31/12/2025		31/12/2024	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	Alterações de caixa	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Alterações de caixa
175.091	(42.917)	175.091	(42.917)
175.091	(38.439)	175.091	(38.439)
68.009	334.019	68.009	334.019
254.115	(96.425)	254.115	(96.425)
(51.132)	57.065	(51.132)	57.065
57.065	497.642	57.065	497.642

(b) Empréstimos bancários: Os empréstimos detalhados por vencimento:

2025		2024	
Até um ano	307.692	109.076	109.076
Um a cinco anos	189.950	224.943	224.943
Total	497.642	334.019	334.019

(c) Debêntures: Em maio de 2022, a Companhia realizou a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da instrução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, no valor de R\$ 130.000 e vencimento para 15 de maio de 2027. As debêntures incluem opção de resgate pelo emissor, a partir de 15 de maio de 2023 e pagam juros anuais de CDI+ 3,80%. Esse resgate destina-se ao capital de giro, alongamento do perfil da dívida e ao financiamento das atividades da Companhia. A Emissora cederá fiduciariamente, em caráter irrevogável e irratificável em favor dos Debenturistas, todos os direitos relativos à determinada conta corrente de titularidade da Emissora ("Conta Vinculada"), a ser indicada no Contrato de Cessão Fiduciária da Conta Vinculada (conforme abaixo definido), bem como todos os recursos a serem depositados e/ou mantidos na Conta Vinculada em montante equivalente a 20% (vinte por cento) do saldo devedor das Debêntures ("Valor Mínimo Conta Vinculada") até a Data de Vencimento (conforme abaixo definida) ("Cessão Fiduciária" ou "Garantia Real"). **(d) Financiamentos:** Em decorrência dos resultados operacionais do ano e gastos no projeto para Biorrefinaria houve a necessidade de captação de recursos para giro da operação, sendo realizadas cinco operações como segue: • ABC Brasil: R\$ 100 milhões com prazo de 1 ano; • Banco do Brasil: R\$ 22,8 milhões com prazo de 1 ano; • Banco Daycoval: R\$ 80 milhões com prazo de 2 anos; • Banco Pine: R\$ 30 milhões com prazo de 1 ano; • Banco do Brasil: R\$ 21,3 milhões com prazo de 1 ano. **12 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

31/12/2025		31/12/2024	
Fornecedores	223.879	592.687	592.687
Partes Relacionadas (nota 9)	1.266	-	-
Total	225.145	592.687	592.687

(a) Forfait: A Companhia mantém contratos firmados com bancos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de seus recebíveis. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o banco em troca do recebimento antecipado do título. O banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Em 2024 os valores foram de R\$ 251.045 estão inseridos na rubrica de fornecedores, em 31 de dezembro de 2025 não há valores em aberto de *forfait*. A operação de *forfait* realizada pela Companhia não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os seus fornecedores e, portanto, a Companhia classifica esta operação na rubrica de fornecedores. **13 Impostos e contribuições sociais a recolher:** Os impostos e contribuições sociais a recolher apuradas pela Companhia, estão demonstrados na seguinte:

31/12/2025		31/12/2024	
IRRF	684	655	655
CIDE	2.395	1.032	1.032
ICMS	53.505	21.345	21.345
Outros	406	373	373
Total	56.990	23.405	23.405

(a) Mudança na apuração do ICMS: A partir de dezembro de 2025, a Companhia passou a adotar o regime de apuração decendial do ICMS, em substituição ao regime mensal, anteriormente vigente. No regime decendial, a apuração e o recolhimento do ICMS passaram a ser realizados a cada período de dez dias, conforme calendário fiscal estabelecido pelo fisco estadual, em conformidade com o decreto estadual do Rio Grande do Sul Nº58.511 de 15/12/2025. Essa alteração modifica exclusivamente o prazo e a periodicidade de recolhimento do imposto, não havendo mudanças nos critérios de reconhecimento, mensuração ou contabilização do ICMS, que continua sendo reconhecido conforme o regime de com-

petência, nos termos da legislação vigente e das práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração avaliou os impactos dessa mudança e concluiu que: • Não houve impacto no resultado do exercício; • Houve alteração no perfil temporal dos fluxos de caixa relacionados ao pagamento do tributo; • Os saldos de ICMS a recolher apresentados no passivo circulante refletem a posição dos últimos 20 dias do mês corrente com prazo de vencimento para o mês subsequente. A Companhia permanece em conformidade com as obrigações fiscais e tributárias aplicáveis. **14 Provisões:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e considerando o histórico das ações referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis estimadas com ações em curso.

(a) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Provisão		Depósitos judiciais	
2025	2024	2025	2024
Fiscais	22	20	-
Cíveis	500	605	-
Ambiental	100	100	-
Trabalhistas	8.068	8.262	3.618
Total	8.690	8.987	3.618

(b) Resumo da movimentação

Circulante		Não Circulante	
2025	2024	2025	2024
795	534	-	-
7.895	8.453	3.618	4.017
Total	8.690	8.987	3.618

Em 31 de dezembro de 2025 os processos trabalhistas referem-se, principalmente, às questões ajuizadas por ex-empregados da Companhia, versando sobre verbas salariais e indenizatórias.

(c) Riscos possíveis: A Companhia possui processos em andamento que são de natureza trabalhista e cível relativos a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 520 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 316 em 31 de dezembro de 2024). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. Em relação aos processos tributários, a Companhia possui como sendo os riscos possíveis, o valor de R\$ 136.620 (R\$ 129.377 em 2024), sendo R\$ 135 milhões referente ao processo no qual RFB questionava (auto de infração recebido em junho/24) a tomada de créditos de PIS/COFINS de 2020 sobre aquisições de produtos para formulação de combustíveis (Gasolina A, Óleo Diesel, Nafta, Xileno e Tolueno) e alguns serviços vinculados ao processo produtivo. Em janeiro de 2026 a RPR obteve êxito junto ao CARF com a reversão das glosas de 99,2%, sendo que o valor remanescente de R\$ 1,1 milhão será objeto de ação judicial pela Companhia. **15 Provisão para benefício pós-emprego:** A Companhia possui um conjunto de benefícios pós-aposentadoria para seus empregados elegíveis a esses direitos. Os benefícios existentes são: seguro de vida, plano de assistência médica e odontológica e indenização do FGTS. A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para benefício pós-emprego relacionada à indenização do FGTS por tempo de serviço, plano de assistência médica e seguro de vida para aposentados elegíveis ("benefícios complementares"). A movimentação dos passivos por conta de benefícios de longo prazo a empregados está a seguir:

31/12/2023		31/12/2024	
Custo	Adições	Baixas	Transferências
Terrenos	12.272	-	-
Edificações e benfeitorias	62.011	(753)	900
Máquinas, equipamentos	320.590	3.096	(20.399)
Móveis e utensílios	3.712	254	(918)
Computadores e periféricos	7.346	1.104	(1.550)
Veículos	1.164	-	(358)
Obras em andamento	8.262	55.583	(1.052)
Outros	102	1	(51)
Total	415.459	60.038	(25.081)

31/12/2023		31/12/2024	
Depreciação	Adições	Baixas	Transferência
Edificações e benfeitorias	(25.682)	(2.702)	(269)
Máquinas, equipamentos	(194.596)	(12.564)	(29.725)
Móveis e utensílios	(2.022)	(162)	-
Computadores e periféricos	(3.805)	(654)	-
Veículos	(806)	-	-
Outros	66	(15)	-
Total	(226.845)	(16.097)	(29.994)

(c) Riscos possíveis: A Companhia possui processos em andamento que são de natureza trabalhista e cível relativos a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 520 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 316 em 31 de dezembro de 2024). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. Em relação aos processos tributários, a Companhia possui como sendo os riscos possíveis, o valor de R\$ 136.620 (R\$ 129.377 em 2024), sendo R\$ 135 milhões referente ao processo no qual RFB questionava (auto de infração recebido em junho/24) a tomada de créditos de PIS/COFINS de 2020 sobre aquisições de produtos para formulação de combustíveis (Gasolina A, Óleo Diesel, Nafta, Xileno e Tolueno) e alguns serviços vinculados ao processo produtivo. Em janeiro de 2026 a RPR obteve êxito junto ao CARF com a reversão das glosas de 99,2%, sendo que o valor remanescente de R\$ 1,1 milhão será objeto de ação judicial pela Companhia. **15 Provisão para benefício pós-emprego:** A Companhia possui um conjunto de benefícios pós-aposentadoria para seus empregados elegíveis a esses direitos. Os benefícios existentes são: seguro de vida, plano de assistência médica e odontológica e indenização do FGTS. A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para benefício pós-emprego relacionada à indenização do FGTS por tempo de serviço, plano de assistência médica e seguro de vida para aposentados elegíveis ("benefícios complementares"). A movimentação dos passivos por conta de benefícios de longo prazo a empregados está a seguir:

31/12/2023		31/12/2024	
Depreciação	Adições	Baixas	Transferência
Edificações e benfeitorias	(25.682)	(2.702)	(269)
Máquinas, equipamentos	(194.596)	(12.564)	(29.725)
Móveis e utensílios	(2.022)	(162)	-
Computadores e periféricos	(3.805)	(654)	-
Veículos	(806)	-	-
Outros	66	(15)	-
Total	(226.845)	(16.097)	(29.994)

31/12/2023		31/12/2024	
Depreciação	Adições	Baixas	Transferência
Edificações e benfeitorias	(25.682)	(2.702)	(269)
Máquinas, equipamentos e instalações operações	(200.860)	(14.231)	20.495
Móveis e utensílios	(2.648)	(218)	844
Computadores e periféricos	(4.682)	(656)	1.533
Veículos	(1.164)	-	358
Outros	(67)	89	44
Total 2023	(233.068)	(17.667)	23.890

10.1 Impairment: A Companhia aprovou a interrupção de parte das suas unidades produtivas em dezembro de 2025, em decorrência da reestruturação operacional para migração do projeto para a Biorrefinaria, essa decisão caracterizou indicadores de perda por redução ao valor recuperável, conforme previsto de acordo com o CPC 01. Diante desse cenário, a Companhia realizou testes de *impairment* sobre os ativos imobilizados vinculados às referidas unidades. Como resultado dos testes realizados, foi reconhecida uma perda por *impairment* no montante de R\$ 29.994 (vinte milhões e novecentos e noventa e quatro mil) registrada no resultado do exercício na rubrica de provisão para perdas por desvalorização, reduzindo o valor contábil dos ativos aos seus valores recuperáveis. Além disso, foram efetuadas as reversões do IRPJ/CSSL diferido e ajuste de avaliação patrimonial, conforme nota explicativa 21c. A Administração revisará periodicamente as premissas utilizadas e, caso ocorram mudanças relevantes nas condições de mercado ou no plano de retomada das operações, poderá ser reconhecida reversão de *impairment*, observados os limites estabelecidos pelo CPC 01. **11 Financiamentos e Empréstimos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença existente entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando método da taxa efetiva de juros. Em relação às taxas de juros, temos a seguinte composição: debêntures CDI+3,8% a.a. financiamento CDI + 1,40% a.a., Selic + 1,52% a.a. 137,9% do CDI; 111% do CDI; 117 do CDI; 1199,7% do CDI e empréstimos CDI + 8,46% a.a.

31/12/2025		31/12/2024	
Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimo	30.966	25.742	40.000
Financiamentos	252.565	43.333	307.692
Debêntures	24.161	109.076	109.076
Total	307.692	109.076	334.019
Financiamentos	137.231	158.098	52.719
Debêntures	52.719	66.844	189.950
Total Circulante + Não Circulante	497.642	334.019	497.642

31/12/2025		31/12/2024	
Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira
353.812	143.830	188.148	145.871

(a) Informações complementares ao fluxo de Caixa

31/12/2025		31/12/2024	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	Alterações de caixa	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Alterações de caixa
175.091	(42.917)	175.091	(42.917)
175.091	(38.439)	175.091	(38.439)
68.009	334.019	68.009	334.019
254.115	(96.425)	254.115	(96.425)
(51.132)	57.065	(51.132)	57.065
57.065	497.642	57.065	497.642

(b) Empréstimos bancários: Os empréstimos detalhados por vencimento:

2025		2024	
Até um ano	307.		

Continuação

pela Administração da Companhia: • Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: as aplicações financeiras possuem liquidez diária com recompra, considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, desta forma, seu valor contábil reflete seu valor justo. • Financiamentos, empréstimos e debêntures: o valor justo dos empréstimos e financiamentos, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os financiamentos e empréstimos estão substancialmente representados pela emissão de debêntures e por operação de Finimp para capital de giro. (g) Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são usados para fins econômicos de hedge e não como investimentos especulativos. A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas a seguir. (h) Hedges de fluxos de Caixa: Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge em uma proteção (hedge) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo período que os fluxos de caixa protegidos (hedge) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilização de hedge, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente. (i) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Sendo este o caso, o método depende da natureza do item/objeto que está sendo protegido por hedge. A Companhia adota a contabilidade de hedge (hedge accounting). 18 Receita líquida de vendas: A seguir apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2025	2024
Receita bruta de venda de produtos	2.833.262	2.735.081
Receita bruta de serviços	9.494	14.201
Impostos sobre vendas	(767.825)	(564.814)
Vendas canceladas	(20.665)	(6.721)
Total da receita operacional líquida	2.054.266	2.177.747

19 Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	2025	2024
Ganho de processo judicial Tributário	44	2.405
Outras Receitas	287	543
Outras receitas (despesas) operacionais	(31)	2.948

20 Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros e encargos sobre financiamentos. Os custos de financiamento que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

	2025	2024
Receitas financeiras		
Juros	36.203	27.897
Variações monetárias ativas	5.039	9.359
Outros	6	61
Total	41.248	37.317
Despesas financeiras		
Juros	(74.621)	(31.230)
Variações monetária passivas	(9.872)	-
Outros	(6.044)	(7.209)
Total	(90.537)	(38.439)

21 Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado, em 2025 o IRPJ e CSLL foi zero pela Companhia não ter apurado lucros, conforme segue:

	2025	2024
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social:	(270.145)	(136.328)
Alíquota fiscal combinada:	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada:	-	-
Adições permanentes, líquidas despesas não dedutíveis	305	1.292
Exclusão da correção (SELIC) sobre processos tributários	(1.679)	3.139
Reversão do Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais	(77.115)	47.640
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre imobilizado	6.129	-
Outros	1.376	(203)
Imposto de renda e contribuição social no resultado:	(70.986)	51.868
IR e CSLL corrente	(70.986)	51.868
IR e CSLL diferidos	-	-
Alíquota efetiva	26%	38%

(a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: A Companhia reconhece os créditos e débitos tributários decorrentes de adições temporárias e reavaliação de ativo imobilizado. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas principais categorias de acordo com os itens (b) e (c): Os encargos relativos ao Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando existe o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa maneira, os impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. (b) Ativos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos têm a origem no prejuízo fiscal.

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal	-	77.115
Total	-	77.115

A Companhia realizou estudo de projeção de resultados que representa a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas esperadas para o período de realização do ativo fiscal diferido. Porém, por se tratar de um processo de transição do modelo de negócios cujas premissas e resultados projetados ainda necessitam validações a partir da definição da entrada em operação da unidade de FCC renovável, o montante de R\$ 77.115, referente a IRPJ e CSLL diferidos constituídos sobre prejuízo fiscal apurado em 2024, foi revertido ao final do exercício de 2025.

No entanto, com efetivação da transição do negócio, a Companhia fará nova avaliação para reconstituição do saldo diferido, na medida em que o lucro tributável se torne provável, conforme CPC 32.

	31/12/2025	31/12/2024
Até 3 anos	-	-
De 4 a 7 anos	-	77.115
De 8 a 10 anos	-	-
Total	-	77.115

(c) Passivos: Em 2009, no processo de adoção das práticas contábeis convergentes às normas internacionais, conforme a Lei nº 11.638/2007 e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Companhia reconheceu custo atribuído (deemed cost) para determinados itens do ativo imobilizado, nos termos do CPC 27 – Ativo Imobilizado e da CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, no montante de R\$ 102.000, com efeitos registrados entre tributos diferidos 34% e 66% ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. No exercício de 2025, em decorrência da transição do modelo de negócios e da interrupção da operação de determinadas unidades operacionais, a Companhia realizou teste de recuperabilidade de seus ativos, conforme o CPC 01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos, reconhecendo perda por impairment no montante de R\$ 29.994. Em função desse reconhecimento, foram realizados ajustes nos saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, considerando que a perda não possui dedutibilidade fiscal imediata, conforme previsto no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos têm a seguinte origem:

	31/12/2025	31/12/2024
	-	-

	2025	2024
Ajuste de avaliação patrimonial por custo atribuído	11.575	11.741
Diferença de vidas úteis	17.503	18.906
Impairment Ajuste de avaliação patrimonial por custo atribuído	(1.988)	-
Impairment Diferença de vidas úteis – depreciação	(2.572)	-
Total	24.518	30.647

Diferenças Temporárias: A Companhia possui diferenças temporárias decorrentes de provisão para contingências de longo prazo, no montante de R\$ 7.895 (R\$ 8.453 em 2024), e de passivos relacionados a benefícios pós-emprego, no valor de R\$59.946 (R\$ 66.793 em 2024). Considerando as características dos passivos, a realização das respectivas diferenças temporárias é estimada para um período superior a 10 anos. Diante disso, e em razão da imprevisibilidade na determinação de resultados tributáveis futuros nesse horizonte temporal, a Companhia optou por não reconhecer ativos fiscais diferidos sobre esses montantes.

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	-	77.115
Passivo	(24.518)	(30.647)
Ativo / (Passivo)	(24.518)	46.468

22 Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros da Companhia contra riscos operacionais é de R\$ 831.867 (R\$ 1.644.056 em 2024), riscos para transporte de R\$ 3.291.531 (R\$ 5.373.448 em 2024), responsabilidade civil de R\$ 1.375.600 (R\$ 1.548.075 em 2024) e cyber R\$ 790.378 pelo período de 18 meses. 23 Despesas por natureza:

	2025	2024
Depreciação e amortização	(16.234)	(17.857)
Impairment	(29.994)	-
Despesas com pessoal - remuneração	(32.148)	(32.603)
Matéria-prima / produtos adquiridos	(2.180.319)	(2.122.969)
Despesas com encargos e benefícios aos empregados	(32.947)	(29.950)
Outros	16.190	(112.522)
Total	(2.275.452)	(2,315,901)

24 Eventos subsequentes: (a) Debêntures Conversíveis: Os sócios emitiram debêntures conversíveis em ações da espécie quirográfrica, em duas séries, para colocação privada em favor da Companhia, conforme deliberação societária realizada em 15 de dezembro de 2025 e aprovadas na AGE realizada dia 19 de março de 2026, com o objetivo de captação de recursos para financiamento de suas atividades operacionais e reforço de caixa. Os recursos ingressaram no caixa da Companhia em 24 e 25 de março de 2026 e foram contabilizados no patrimônio líquido. As debêntures possuem as seguintes características principais: Quantidade emitida: 15.324.854,157 (quinze bilhões, trezentos e vinte e quatro milhões, oitocentas e cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta e sete) Debêntures. Valor nominal: 0,029449 (vinte e nove mil quatrocentos e cinquenta e nove milonésimos de real. Valor total da emissão: R\$ 451.300.173,78 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, trezentos mil, cento e setenta e três reais e setenta e oito centavos). Espécie: quirográfrica, nos termos do artigo 58 da Lei das S.A. Prazo de vencimento: 31 de dezembro de 2026. Convertibilidade: As debêntures são conversíveis em participação societária da Companhia. O reconhecimento do valor resultará na recomposição do patrimônio líquido da Companhia, revertendo o atual cenário de passivo a descoberto.

Conselho de Administração

Jorge Marques de Toledo Camargo	Presidente
William França da Silva	Conselheiro
Wagner Granja Victer	Conselheiro
Ana Paula Santoro Coria	Conselheira
Ronny Leonardo Lubinski Dicono	Conselheiro
Cirilo Pahim Vieira	Conselheiro

Diretoria

Lício França Gomes	Diretor Superintendente
Sérgio Satt Júnior	Diretor
Thais Cipollina Pereira Tubino	Contadora CRC RS-097449/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1.2 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações, apresentou excessos de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 293.584 e apresentou também patrimônio líquido (passivo a descoberto) no montante de R\$ 295.793.

Essa situação, entre outras descritas na Nota 1.2 indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvidas significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.



Porque é um PAA

Reconhecimento de receita (Nota 2.2 (a) e 18)

Parte substancial das receitas de vendas da Companhia é proveniente de venda de produtos derivados de petróleo que são reconhecidas no resultado quando a companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos e tampouco efetivo controle sobre tais bens e todos os riscos e benefícios inerentes ao produto forem transferidos ao comprador, o que geralmente acontece no ato da entrega.

Esse assunto foi considerado significativo em nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos montantes envolvidos e o volume de transações efetuados ao longo do ano.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Entendemos o processo de vendas, incluindo o momento de reconhecimento das receitas de venda dos produtos e dos respectivos contas a receber. Selecionamos, em base amostral, transações de vendas de produtos ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida na competência correta.

Comparamos, em base amostral de testes, lançamentos contábeis de vendas com os pedidos de clientes, notas fiscais, e o efetivo recebimento das vendas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os critérios adotados pela administração para o registro das transações e as respectivas divulgações em notas explicativas são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstância extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 26 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P000160/F-6
Marcelo de Souza Prado Nicolau
Contador CRC 15P255758/O-9

ANUNCIE AQUI

(51) 3213-9139

CONTATO.COMERCIAL@GRUPORBS.COM.BR